

Guimarães Rosa e Mia Couto, contradições da herança: a língua portuguesa como língua metafísica na criação literária

Ilza Matias de Sousa*

Resumo

Segundo Guimarães Rosa “a língua é a única porta para a eternidade, mas infelizmente ela está oculta debaixo da montanha de cinza”. Minha intenção, nesta abordagem, é aproximar essa concepção rosiana ao trabalho de Mia Couto, estudando comparativamente o discurso ficcional desses fabulistas singulares, para estabelecer os elementos que fazem da linguagem exercida por cada um deles uma língua metafísica. Meu procedimento de análise será circunscrito às seguintes obras respectivamente: **Tutaméia** (Terceiras estórias), do autor brasileiro e **Estórias abensonhadas**, do autor de literatura africana, a fim de mostrar que em ambos a língua portuguesa inventa uma metafísica própria. Palavras-chave: Língua metafísica; **Tutaméia**; **Estórias abensonhadas**.

Num diálogo com Günther W. Lorenz, Guimarães Rosa afirma (**Minas Gerais, Suplemento Literário**, 1974, n. 395): “É o aspecto metafísico da língua, que antes de tudo faz da minha linguagem, minha língua”.

Essa fala mostra-nos o caminho, anuncia-nos um trabalho com a língua portuguesa: uma metamorfose que deslocaria a montanha mineira literária para a relação entre fábula e filosofia da narração e para um sertão ignoto, como um ser narrado, através de uma narração que reúne gêneros literários, sem que um seja inferior ao outro. Desdobra-se essa narração na língua que, para Rosa, é elemento metafísico, distanciando a produção do valor econômico da produção da linguagem. Diante da

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

herança colonial, o autor pronuncia a própria contradição que a habita. Talvez dissesse, fosse Mnemósine, a respeito do processo de colonização que nos deu origem e a que devesse erguer um monumento de memória como patrimônio cultural do Brasil: “Sois um monstro privado de sentido”. Desse vazio surgiria a impulsão colonial européia. Mas, sem isso, onde estaríamos? Nessa história colonial encontram-se as condições de interdição nas irrupções culturais, nos fatos de civilização.

“Cada língua natural é um revelador narrativo” (FAYE, 1996, p. 107). Encerriaria essa “verdade” a forma como Rosa compreende a língua portuguesa: “O nosso Português brasileiro é mais rico, que é também uma língua metafísica mais rica do que o Português que se fala na Europa. É uma língua além do Bem e do Mal” (*Ibid.*, p. 8).

Imposta como portadora do *logos*, seria a língua do colonizador a *physis*, aquela tida por “natural”, no sentido da Grécia antiga, soberana, modelo. O português brasileiro fez emergir o elemento metafísico, caracterizado pelo fenômeno da ultrapassagem da materialidade dos pressupostos coloniais. Nossa língua, assim como o espanhol da América, encontra-se num estado de valor metafísico, que as reelabora, transfigura-as, alcança seu sentido espiritual nas diferentes vozes, uma espécie de “lei mosaical”, um mosaico de falas e falantes. As variações latino-americanas e africanas do português, as variações do espanhol erigiram essa língua do pensamento para as suas literaturas. Nela, os signos coloniais não exercem seu domínio. Estruturados nos valores morais e religiosos do bem e do mal, criam um antagonismo em que o colonizado é o mal, a sombra. A língua metafísica, movendo-se nos espaços das culturas, passa a ser o trunfo narrativo dos povos colonizados. As línguas latinas já não podem privilegiar suas raízes simbólicas como garantia de um fundamento originário.

No teatro de sombras, em que o colonizado servia de objeto pedagógico, o relâmpago do pensamento ilumina a fissura da narrativa do ser ocidental, cala o canto da Europa transferido para as suas colônias nas Américas e na África. O horizonte desse desnudamento é o que aparecerá na língua rosiana e naquela que Mia Couto, escritor moçambicano, desenvolverá e que vai dilacerar os signos, a partir do que sobrou no processo de independência, da dor que nasce com o dilaceramento da história, da alegoria amarga e desesperada dos tormentos da independência na África, do seu desenrolar tardio, em 1975, em Moçambique e Angola.

Oralidade, mito, símbolo, provérbio aproximam Rosa de Mia Couto. Ambos introduzem a palavra num campo que transborda os troncos de ferro em que estavam cativos na língua, enquanto potência colonial, colonizador e colonizado. Ambos introduzem a voz do metafísico, essa outra voz narrativa que está para além da língua natural, da língua *physis*, na qual se colocam os etnocentrismos lingüísticos. O fazer metafísico da língua instaura o escrito/oral enigmático, longe de privilegiar a escrita antes de qualquer palavra. Antes é a palavra que marca a escrita. A língua

perde o monopólio lexical do português (e do espanhol) europeu. As narrativas de Guimarães Rosa e as de Mia Couto contam a história dos colonizados em sua queimadura, com suas marcas e danos. Rosa e Mia Couto elevam a função narrativa à potência de uma poética do saber (Jacques Rancière). Neles, cabe à linguagem e à arte da palavra fazerem funcionar aquilo que reside no universo das representações e que define um modo de memória e esquecimento: as formas de linguagem como relações de força reais e imaginárias. A língua do colonizador conduziu a túmulos abarrotados. Essa outra linguagem, a que se confere um valor metafísico, que ultrapassa uma antropologia fictícia, não quer se tornar um mausoléu, aspirando à sua própria glorificação.

Vertentes inteiras de espaços de linguagem, para os quais a palavra ainda não nascera, são convocadas a surgirem na trama luminosa da língua de Rosa e de Mia Couto. Como grande acontecimento narrativo, irrompem dessas línguas as palavras mais opacas, no contexto da modernidade e da pós-modernidade: respectivamente sertão, tutaméias (Rosa); terra sonâmbula, inimagens, vozes anoitecidas, estórias abensonhadas (Mia Couto).

Ao falar em língua metafísica, Guimarães Rosa propõe um conceito problemático e impele-nos a ver a língua em múltiplas articulações: a de sua historicidade, a de sua transcendência, a de sua prática e do poder de dominação, a do ser da língua. Nisso, leva-nos a observar e refletir sobre o que nela age, reside, dialoga.

Estória e história, fingimento e verdade representam palavras evanescentes, transitórias e opacas como as realidades que evaporam no fumo e peregrinam para o alto feito nuvens. Enuncia Mia Couto em **Estórias abensonhadas** (1994, p. 65): “Mas a palavra é um fumo, leve de mais para se prender na vigente realidade”.

Diríamos: mas contém uma soma de espiritualidade que atravessa as organizações gramaticais, léxicas e sintáticas e que leva ao sofrimento poético, apesar de toda ironia, todo humor. Nesse caso, recorremos a Antonin Artaud (*apud* LINS, 1999), que, formulando o teatro como linguagem, faz-nos vislumbrar o que significaria uma língua metafísica:

Fazer a metafísica da linguagem articulada é fazer com que a linguagem exprima aquilo que não exprime habitualmente; é servir-se dela de um modo novo, excepcional e inusitado, é restituir-lhe suas possibilidades de abalar fisicamente e dividi-la, reparti-la ativamente no espaço; é tomar as entonações de uma maneira concreta e absoluta e devolver-lhe seu poder de ferir e de realmente manifestar alguma coisa; é voltar-se contra a linguagem e suas origens baixamente utilitárias, suas origens de fera encurralada, puramente alimentares; é, enfim, considerar a linguagem sob forma de Encantação. (p. 17)

Guimarães Rosa e Mia Couto reencontram a linguagem como magia, “encantação”. Escrita, para eles, é travessia da morte: a morte do sentido colonizado; é deli-

beração do não-ser, um ato de amor ao não-ser, estigmatizado na linguagem “física” do colonizador. O amor como princípio das coisas que são e que não são.

A metafísica da linguagem, em Rosa e Mia Couto, estabelece-se mesmo a partir das incongruências entre os vocábulos do português colonial e os neologismos que criam. Ao construírem uma escrita “metafísica”, desligada de seus corpos para se incluir na essência do ser, como um extrato, um perfume, um resíduo transcendente, os autores procedem a um método “transcendental” de desvelamento da criação e do pensamento literário em que não se deixam estar como herdeiros e guardiões. Diríamos, próximos a Artaud: o herdeiro colonial tem a alma rasgada e ferida. Entretanto, não teme o terrível saber que nasce de ser tomado como uma sombra. Sonha ter seus próprios pensamentos, busca sair do vazio de sentido que o devora. Busca fazer com que a linguagem fale com um sentido extragramatical. Inventa uma linguagem própria, na qual sons, morfologia, sintaxe, léxico, semântica unem-se em processos de composição inusitados, incôngruos.

A língua de Rosa e a de Mia Couto assim se tramam, multiplicam-se. Nem totem, nem tabu, mas o que escapa de ser o duplo da língua herdada do colonizador. Essa escrita múltipla ganha sua quintessência em **Tutaméia**: terceiras histórias, de Guimarães Rosa, e em **Estórias abensonhadas**, de Mia Couto, que desafiam as limitações, as significações redundantes. A escrita sonha o gozo metafísico.

Em **Tutaméia**, os prefácios transcendem a semântica. Fazem-se proposições interrogativas e constituem uma superfície “metafísica” com passagens que unem o interior ao exterior textual: as narrativas que se sucedem são por eles englobadas. “Aletria e hermenêutica”, “Hipotrérico”, “Nós, os temulentos”, “Sobre a escova e a dúvida” são lugares liminares que remetem a experiências de singularidades culturais. Peles a recobrirem um corpo de escrita em que se inscrevem subjetividades nômade. Chamamos novamente Artaud (*apud* LINS, *op. cit.*): “É pela pele que faremos entrar a metafísica nos espíritos” (p. 69).

Em **Estórias abensonhadas**, Mia Couto se separa de Guimarães Rosa por uma experiência não vivida por este último, visto que a nossa independência colonial fabricou-se no século XIX alencariano e machadiano. Porém, não viver na carne a guerra não quer dizer que não saímos, da mesma maneira, de um passado colonial que foi “um mar de lama, sangue e esperma” (ARTAUD *apud* LINS, *op. cit.*, p. 55).

Do caos semântico emergem a língua rosiana e a língua de Mia Couto, diante dos tipos de racionalidade da (pós)-modernidade, da encarnação materialista do século XX. E aí a força e originalidade da linguagem desses autores.

As **Estórias abensonhadas**, parecem-nos conduzir ao questionamento do falso humanismo cristão que marca o colonialismo e que intentou rebaixar, com a escravidão, as tradições africanas sagradas, os “recados dos espíritos” (COUTO, 1994, p. 53), as “precisas sagradas palavras” (COUTO, 1994, p. 61) que “não cabem em

nossas humanas vozes” (COUTO, 1994, p. 61). Mia Couto discorre numa Moçambique crispada de dor, sob a veemência dos ventos e dos perfumes da África negra, misturados aos cheiros de sangue e morte. Fala não numa língua morta, mas numa língua retirada das cinzas dessa tradição violentada, à semelhança de uma Borrallheira confinada nos fundos da casa, se vista sob o olhar infantil. Uma língua atravessada pela língua do outro, o colonizador português, pelos seus “ouropéis”. Sem repudiar essa herança lingüística, o autor africano, como Guimarães Rosa, investe em mostrar que não há um destino da língua prefixado por uma cultura dominante. Na invenção poética, que relaciona imagem e memória instaurada no neologismo inicial – “abensonhadas” – anuncia-se a nova linguagem e seu “espírito” torna-se um fermento poderoso para a narrativa africana da área lusófona. Espírito xamânico de arcaicas tradições, atualizando leis primordiais.

Com certeza, Guimarães Rosa enxergaria as brechas por onde a língua metafísica sai da montanha de cinzas. Certamente pensava na virtude da língua que reveste a linguagem humana do seu elemento transcendente e não sacia a sede do espírito, seja este cristão ou não cristão, nem preenche o fundo de dor da existência. Entretanto, supera as humanas relações de soberania e servidão e escapa à relação mercantil de uso e troca. Falaria Heidegger: “O que permanece é a potência da poiésis, que nada é senão este libertar – sem circundá-lo... como texto – a dispersão volátil – o espírito” (*apud* FAYE, *op. cit.*, p. 338). E Faye continua: “Esta potência salvaguarda a língua e a faz reviver” (*Ibid.*, p. 339).

Mia Couto, como Guimarães Rosa, encontraria, na vigília do filósofo, o começo de uma nova aurora da língua, um enigma ainda velado, fora de toda a preexcelência sobre outras línguas, permitindo que a viagem do pensamento prossiga, para além das vistas, para além do tempo: “Indo além dos firmamentos” (*Ibid.*, p. 33).

Guimarães Rosa dizia a Günther Lorenz: “A língua é a única porta para a eternidade, mas infelizmente ela está oculta debaixo da montanha de cinza” (*op. cit.*, p. 8).

Acreditamos que ele e Mia Couto a encontraram. Retiraram-na da montanha de cinza que todas as línguas mortas deixaram sobre a terra. Libertadas do saber enciclopédico, científico ocidental, colonialista, a língua de Rosa e a de Mia Couto entram na história como pertencas de territórios interditos e chegam ao século XXI como línguas metafísicas. Em Mia Couto (1994), torna-se a língua que pode enunciar num português escoreito, com um sabor de filosofia heraclitiano: “Meninos que sabem do mundo a alegria de um infinito brinquedo” (p. 62).

Ou na língua que “zululava” da personagem Tristereza: “Nossa terra estava cheia do sangue. Hoje está ser limpa, faz conta é essa roupa que lavei. Mas nem agora, desculpe favor, nem agora o senhor dá vez a este seu fato?” (*Ibid.*, p. 60).

Ou na voz da mãe na história “Nas águas do tempo”: “Ao menos vissem o namwetxo moha! Ainda ganhávamos vantagem de uma boa sorte...” (*Ibid.*, p. 15).

O avô, velho sábio, portador de segredos de uma margem de “lá”, preservador de uma potência velante, fala ao neto dos mistérios sagrados: “Neste lugar, não há pedacitos. Todo o tempo, a partir daqui, são eternidades” (COUTO, 1994, p. 15).

Desse modo, Mia Couto e Guimarães Rosa criam da língua portuguesa uma metáfora própria e vão atrás do “impossível”, do infinito, daquilo que, diz Rosa, faz da sua linguagem, sua língua. Busca da infinitude, escavando a própria finitude das representações. Mesmo sendo um caminho para além, um após, enquanto da ordem do universal, “a metafísica se insere no nível da representação, isto é, ela mostra, põe diante dos olhos, ela distingue o que tem para ser visto daquele que vê” (FRECHERAS, 2001, p. 61). Em Mia Couto e Rosa assim se concebe a língua. Declara Guimarães Rosa: “A língua, para mim, é instrumento fino, hábil, agudo, abarcável, penetrável, sempre perfectível, etc. Mas sempre a serviço do homem e de Deus, da transcendência” (ROSA *apud* JACQUES, 1977).

Nas tradições africanas de Mia Couto (1994), ainda que Deus tenha outro nome, o simbolismo obscuro e enigmático coloca-nos em face de um pensamento “invisível”, “inimagens e ínvias lácteas” (p. 25). De um universo que se expande “para além das vistas, para além do tempo” (p. 25).

Sentenças escatológicas, apocalípticas, cosmogônicas, sonhos, oblações, sacrifícios, anedotas, provérbios, estórias, histórias, lendas: narrativas que falam daquilo que no homem ultrapassa o homem. Melodia e palavras. Um sentido espiritual. Um “sermo” interior. Uma espécie de fio invisível que permite aos narradores passarem de uma linguagem a outra. Diante dessas narrativas somos compelidos a enfrentar as contradições da herança colonial portuguesa, a começar pela língua que, de instrumento de dominação, pode transformar-se em instrumento de várias “cordas”, mescla de falares, utilizados, transliteratizados, transcritos.

As narrativas de Guimarães Rosa e as de Mia Couto, considerando suas diferenças culturais, não têm como qualidades intrínsecas a busca de uma “autêntica” identidade nacional. Busca que se mostra uma invenção proposta nas contradições da herança do “patrimônio” cultural, com o aleitamento da formação moderna de cada nação situada geopoliticamente, atrelada a narrativas de perda e de redenção simultaneamente afirmadas e negadas ao longo da história dos países colonizados. Nostalgia e esperança são sentimentos que recobrem a permanente busca da identidade nacional. Entretanto, esses autores não sucumbem a narrativas nacionalistas e optam pela invenção da língua, da cultura, pelo reconhecimento do hiato entre linguagem e experiência, representação e representado, constituídos de elementos contingentes e transcendentais, “esculpindo invisíveis e impossíveis formas novas” (ROSA, 1997, p. 131).

As narrativas de Guimarães Rosa, no Brasil, e de Mia Couto, em Moçambique, semeiam, em meio à grande desertificação espiritual da modernidade, interpre-

tações místico-religiosas, possibilidades interpretativas do pensamento metafísico da tradição metaforizado no campo ficcional. Aventamos tais narrativas como ficções metafísicas, que retomam a palavra, origem, gênese, alfa e beta. O português brasileiro, para Rosa, o português “zulu”, para Mia Couto, ofereceriam a potencialidade filosófica e espiritual para a criação literária desses autores. Surgem numa língua veículo da evangelização nas colônias de Portugal e da África. Língua que une a exterioridade radical – Deus, com a interioridade do homem; a plenitude e a transcendência de Deus aos projetos humanos. Língua dos sermões, dos diálogos da fé traduzidos do latim eclesiástico, do catecismo introduzido goela abaixo dos considerados “gentios”. Língua de comentários, de glosa filosófica, a última “flor do Lácio” refloresce enxertada com os falares dos terreiros de umbanda e candomblé, com os ritos e batuques africanos e indígenas alcançando uma dimensão especular. Experiência de citações como discursos de fé, exercícios de devoção qual a resumida na citação evangélica de Cristo: “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida”.

Diante dessa mística cristã, Guimarães Rosa e Mia Couto confrontam atitudes de prudência e sabedoria proverbiais, às vezes ratificando-as, outras desconstruindo-as, provando-as na língua metafísica que desafia o português de origem europeia colonial. Os autores postam-se como esposos da nova língua transfigurada pelo *indigenus*, pelo que é de “casa”, pelo uso que a torna língua vernácula de brasileiros e de povos das áreas lusófonas da África e de alguma parte da Ásia, como Timor Leste.

O obrar desses autores é feito da matéria de dor e de sangue que a criança que ainda os habita transforma em imagem de eternidade num outro e mesmo céu da infância. É a história da língua que também se (re)constrói e é assumida pelo povo. A liminaridade da língua estaria na condição da subjetividade, da *parole*, em que o estado “natural” é a fluidez e a modificação incessante. Línguas liminares são essas portas para a eternidade, para a alteridade inacessível dos deuses, “fincando-os na terra e com eles estabelecendo a convivência familiar”, na bela reflexão de Benedito Nunes em estudo introdutório à obra de Oswald de Andrade (*apud* ANDRADE, 1990, p. 22).

As línguas herdadas passam a ser “construções vernaculares”, incluindo o que nasce nas áreas lusófonas, mas que dá lugar à dimensão *indigenus* da originalidade no seu confronto com as contradições da herança e na sua direção ao novo hibridizado geográfica, social e psicologicamente. A julgar pelo ponto de vista etnocêntrico, seriam tomadas à margem como línguas párias. Contudo, insustentável posição derruba a infame instituição senhor/escravo, soberania e servidão e aponta para o potencial criativo e independente de nossos escritores e dos falantes “comuns” dessas línguas.

Guimarães Rosa e Mia Couto revelam-nos a mais perfeita realização desse caminho lingüístico e literário, cada um a seu modo e em suas culturas específicas. A ilegibilidade que Rosa tanto desejava para sua obra coloca-se como um bem supre-

mo, uma poética de escrita infinitamente lúcida, não para traçar um modelo, mas para remeter ao problema insolúvel. Ao enigma que é a língua como uso e criação. Falando em coro com o psicanalista D. Magno, temos coisas em comum com animais e plantas, com macacos, mas falamos como anjos. Somos mundanos, mas vamos em busca de mistérios divinos.

A cidade natal, a nação, a pátria, a pólis não nos dão mais a ilusão de uma triunfante existência. O que impele, então, o narrador dessas sociedades? Podem Guimarães e Mia Couto agir como narradores do mundo grego, olímpico, vitorioso? Serem um Aquiles ou um Ulisses?

Narradores que se constituem igualmente como nomes da História elevada à dignidade literária, Guimarães Rosa e Mia Couto mostram que a barbárie aí reside, na medida em que subtrai o ser falante, apodera-se das palavras da mesma maneira que soldados apoderam-se da terra do outro. Porém, reabilitar a tradição do saber metafísico alimenta um corpo de escrita em que fazer literatura ou fazer história não tem um limite determinado, rigoroso. Diria Rancière (1994, p. 39) que isso não deve ser tomado como uma invasão estrangeira no território que cada fazer deseja circunscrever.

Tanto Guimarães como Mia Couto promovem o “renascimento dos pobres”, a festa dos estropiados, o lugar de fala dos humildes. O assombro metafísico, a surpresa, a admiração tomam autores e leitores em face da “cegueira” da vida.

Guimarães defende que a busca pelo elemento metafísico da língua é também um desejo de aproximar-se de Deus. E continua: “Isso é no fundo uma blasfêmia”. Se conceber esse metafísico da língua é uma blasfêmia, então Guimarães e Mia Couto são heréticos porque, enquanto homens cultos, passam a narrar a fala dos pobres, numa realidade histórica materialista. E nessa fala está a fé do sertanejo, do homem de tribos, de montanhas. Tal é a entrada da metafísica no mundo que declarou a morte de Deus.

A literatura deixa de ser um discurso envergonhado das sutilezas espirituais. O nome proscrito retorna não como voz do túmulo, mas para dar a nosso tempo a oportunidade de entender que a literatura não se faz de vaidade, tagarelice e retórica. A literatura oferece seu estatuto de reconhecimento, através de Rosa e Mia Couto, a uma necessidade de infinitude singularmente humana.

Abstract

According to Guimarães Rosa “language is the only door to eternity, but unfortunately it is hidden under the grey mountain”. My intention in this approach, is to connect Rosa’s conception to the oeuvre of Mia Couto, studying comparatively these fabulist unique fictional discourse, to establish the elements that make the language elaborated by each of them into a metaphysical language. My procedure in the analyses will be circumscribed to the following works respectively **Tutaméia** (Terceiras estórias), by the Brazilian writer and **Estórias abensonhadas**, by the African literature author in order to show that in both writers the Portuguese language invents a particular metaphysics.

Key words: Metaphysical language; **Tutaméia**; **Estórias abensonhadas**.

Referências

- COUTO, Mia. **Estórias abensonhadas**: contos. Lisboa: Caminho, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. Trad. Enid Abreu Dobranzsky. LINS, Daniel (Org.). **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. Campinas: Papirus, 1997.
- FAYE, Jean-Pierre. **A razão narrativa**: a filosofia heideggeriana e o nacional-socialismo. Trad. de Paula Martins. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- FRECHEIRAS, Maria Luzia de Oliveira. Para além da metafísica está a mística. In: **Em torno das metafísicas**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001.
- JACQUES, Eunice. Guimarães Rosa – Curt Meyer Clason: a fala do Grande Sertão vertida para o idioma de Goethe. **Jornal do Brasil**, 6/5/1977.
- LINS, Daniel. **Antonin Artaud**: o artesão do corpo sem órgãos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: um ensaio de poética do saber. Trad. Eduardo Guimarães, Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Paulus, 1994.
- ROSA, João Guimarães. **Tutaméia**: terceiras estórias. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SILVA, Márcio Bolda da. **Metafísica e assombro**: curso de ontologia. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.
- Suplemento Literário Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 23 de março de 1974, n. 395.